

# A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico

(Language Change Theory: a critical review)

Dante Lucchesi<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

dante.lucchesi@gmail.com

**Abstract:** The paper presents a critical review on the development of *Variationist Sociolinguistics* by assuming that its development is confronted with two major obstacles. The first obstacle concerns the inability of this research program to create a theory of linguistic structure that accounts for language functioning as a mental system. The second obstacle refers to the inability of this model to develop a holistic understanding of language change as a socio-historical process.

**Keywords:** *Variationist Sociolinguistics*; language change; linguistic competence.

**Resumo:** O artigo faz um balanço crítico do desenvolvimento da Sociolinguística Variacionista, assumindo que esse desenvolvimento se defronta com dois grandes obstáculos. O primeiro diz respeito à incapacidade desse programa de pesquisa em gerar uma teoria para a estrutura linguística que dê conta do funcionamento da língua como sistema mental. O segundo remete à incapacidade desse modelo em desenvolver uma apreensão globalizante da mudança linguística enquanto processo sócio-histórico.

**Palavras-chave:** Sociolinguística Variacionista; mudança linguística; competência linguística.

## Introdução

Perto de completar cinquenta anos de existência, o programa de pesquisa da *Sociolinguística Variacionista* ainda se depara com dois grandes impasses no desenvolvimento de sua teoria. Por um lado, a chamada *Teoria da Variação e da Mudança Linguística* não conseguiu formular uma teoria própria para a estrutura da língua. Por outro lado, não foi capaz de formular uma visão abrangente que capturasse satisfatoriamente a dimensão sócio-histórica da linguagem na análise dos processos particulares de variação e mudança. Vamos demonstrar com argumentação que será desenvolvida aqui que esses são os grandes obstáculos que a Sociolinguística tem de superar para cumprir os objetivos a que se propôs, particularmente, o de construir uma nova teoria da linguagem a partir de uma teoria da mudança linguística (LABOV, 1982).

A sociolinguística surge como uma resposta à incapacidade do formalismo linguístico em tratar da questão da mudança. Para construir o objeto de estudo da Linguística Moderna, Saussure retirou a língua do seu devir histórico. Definindo a análise estrutural como exclusivamente sincrônica, o modelo saussuriano tornou-se incapaz de lidar com a questão da mudança. Isso criou pontos críticos dentro do modelo estruturalista, que se manifestam nas seguintes assertivas (LUCCHESI, 2004):

- (i) A mudança não atinge o sistema linguístico.
- (ii) A mudança linguística não pode ser observada diretamente.

- (iii) A rigor, a língua não deveria mudar.
- (iv) A mudança/variação contraria o funcionamento da língua.

Ao descartar a variação como uma propriedade da fala, estranha ao sistema da língua, o Estruturalismo se tornou incapaz de dar uma solução teórica para o fato empírico da mudança linguística. Essa contradição entre sistema e mudança cria um dos pontos de ruptura epistemológica, no qual emerge, na década de 1960, o Programa de Pesquisa da Sociolinguística Variacionista, que se baseia nas seguintes assunções (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]):

- (i) A língua funciona enquanto muda.
- (ii) A heterogeneidade não compromete o funcionamento da língua – um sistema homogêneo e invariável é que seria disfuncional em uma comunidade de fala culturalmente diversificada.
- (iii) A variação faz parte do sistema linguístico, que é heterogêneo e composto por regras e unidades variáveis.
- (iv) A variação é potencialmente a atualização, em cada momento que se considere a língua, dos processos de mudança em curso no seu devir histórico (mudança implica variação, mas variação não implica necessariamente mudança).
- (v) A variação não é aleatória. A análise sincrônica dos condicionamentos estruturais e sociais da variação é capaz de revelar os mecanismos que atuam na implementação dos processos de mudança que afetam o sistema da língua.
- (vi) A mudança linguística pode ser estudada diretamente através da análise da variação observada em cada estado de língua.

A concepção de um sistema linguístico heterogêneo e variável faz com que necessariamente a Sociolinguística defina o seu objeto de estudo como a comunidade de fala, a coletividade que usa concretamente a língua em um contexto histórico específico: "o objeto da descrição linguística é a gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usado na interação social." (LABOV, 1982, p. 18)

Entretanto, em seu texto programático, a Sociolinguística também afirma que o sistema heterogêneo é uma expressão da competência linguística, pois a variação não se restringe a um fato do desempenho, ou seja, da fala: "nós defenderemos que o comando nativo das estruturas heterogêneas não é matéria de multidialectalismo ou de "mero" desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngüe." (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 36)

Essa posição cambiante entre os padrões coletivos de comportamento linguístico da comunidade de fala e a competência linguística do falante individual define o que vamos denominar aqui *primeiro grande impasse teórico* com que se tem debatido o modelo da Sociolinguística Variacionista, ao longo dos quase cinquenta anos de sua existência.

## O primeiro impasse: uma teoria para o funcionamento da língua

O sistema heterogêneo de regras variáveis é muito mais uma formalização analítica dos padrões coletivos de comportamento linguístico do que a representação da competência linguística, como bem observou Suzane Romaine (1982, p. 251):

‘Saber’ inglês, por exemplo, não pode ser equiparado com saber as probabilidades ou hierarquias de efeito de diferentes contextos associados com regras na gramática. Nós podemos formular leis estatísticas sobre a probabilidade de ocorrências em uma língua e mesmo assim não sermos capazes de entender qualquer coisa que seja dita. Eu não me acho capaz de acreditar que o conhecimento de uma língua pode ser separado do papel que ele desempenha na compreensão. Eu não estou afirmando que Labov negue a existência desse tipo de (ou parte da) competência, mas simplesmente que não há qualquer coisa no conceito de regra variável que nos capacite a dizer coisas interessantes sobre esse aspecto da competência.<sup>1</sup>

Nesse sentido, pode-se afirmar que efetivamente a Sociolinguística não conseguiu formalizar uma solução que supere a antinomia defendida por Saussure de que a pergunta sobre *como a língua funciona* é incompatível com a pergunta *como a língua muda*. Entendemos que o caminho para essa superação passa pela efetiva consideração dos mecanismos da competência linguística (i.é., da *Faculdade da Linguagem*) no condicionamento dos processos de variação e mudança, o que é admitido por qualquer sociolinguista razoavelmente consciente dos desafios que se colocam para o seu programa de pesquisa:

[...] qualquer teoria não-categorial consistente, tal como a teoria da variação linguística, deve incorporar – ou ao menos ser coerente com e não contradizer – as propriedades gerais da competência linguística que emergiram com admirável clareza no paradigma chomskiano. Com “propriedades gerais”, eu me refiro à linguagem como uma faculdade mental, inata e especificada para a espécie, que, quando estimulada pela experiência social, cria uma gramática por meio da marcação de parâmetros em princípios universais, que podem em alguma medida ser estruturalmente determinados e, dessa forma, ser independentes de princípios cognitivos não linguísticos. (CHAMBERS, 1995, p. 29)<sup>2</sup>

Contudo, declarações como essas, até o momento, não são mais que um gesto retórico sem qualquer implicação para desenvolvimento teórico do modelo. A má vontade com os princípios universais de uma faculdade inata da linguagem fica evidente nesta passagem do balanço dos *Empirical Foundations* feito por Labov, em 1982:

A busca por uma restrição estritamente “universal” é, portanto, uma busca por uma faculdade da linguagem *isolada*, que não está encaixada na matriz mais ampla da estrutura linguística e social. Nada do que nós descobrimos até agora sobre a linguagem sugere a existência de tais estruturas totalmente isoladas.

Parece-me, portanto, que a formulação do “problema das restrições” em Weinreich, Labov e Herzog (1968) estava equivocada e que o problema das restrições deveria ser fundido com o problema do encaixamento.<sup>3</sup>

1 Traduzido do original inglês.

2 Traduzido do original inglês.

3 Traduzido do original inglês.

O *problema das restrições* (ing. *constraints problem*), ao colocar em questão os limites estruturais das mudanças possíveis, seria o terreno mais profícuo para a constituição de uma interface entre variação/mudança e o funcionamento da língua. Porém, essa frente de trabalho é simplesmente descartada por Labov.

Nada é mais revelador da incapacidade da Sociolinguística em incorporar a Faculdade da Linguagem em sua teoria da mudança do que a sua incapacidade de gerar qualquer teoria para a estrutura da língua. E vários axiomas da teoria da variação linguística se fragilizam por falta de um suporte na teoria da estrutura ou da competência linguística. Tal é o caso, por exemplo, da *hipótese clássica* de que o indivíduo estabiliza o seu padrão de comportamento linguístico na adolescência, conservando-o assim pelo resto de sua vida (NARO, 2003), na qual se baseia a abordagem em *tempo aparente*, que é central para o programa de pesquisa da Sociolinguística. Entretanto, Labov (1994) reconhece, com o conceito de *gradação etária*, a possibilidade de o indivíduo alterar o seu comportamento linguístico na fase adulta de sua vida. A questão que se coloca então é: *que aspectos da estrutura linguística se mantêm constantes após se sedimentarem na adolescência e quais podem ter seus valores alterados ao longo da fase adulta?* Sem uma teoria da competência linguística que possa fazer algum tipo de predição sobre essa questão (até mesmo para orientar pesquisas empíricas nesse sentido), a abordagem em tempo aparente fica seriamente comprometida.

Outra questão crucial está relacionada à distinção entre um processo de variação estruturado e um processo de flutuação típico da fala; enquanto o primeiro seria um fenômeno de competência, o segundo seria restrito ao desempenho. Em outras palavras, entre o acidente de *performance* e a variação estruturada, há uma zona nebulosa, em face da ausência de uma teorização consistente sobre a questão. Labov (2003, p. 243) apresenta uma solução quantitativa para o problema:

Frequência de aplicação	Tipo de regra
100%	Regra Categórica
95-99%	Regra Semi-Categórica
5-95%	Regra Variável

Acreditamos que se faz necessária uma solução qualitativa para o problema, o que mais uma vez dependeria de uma teoria consistente da competência linguística que incorpore os processos de variação e mudança. Ou seja, a superação do impasse estaria na articulação entre a *Teoria da Gramática* e a *Teoria da Variação e da Mudança Linguísticas*. Uma tentativa nesse sentido foi empreendida na virada da década de 1980 para 1990 por iniciativa de Fernando Tarallo e Mary Kato, mas não teve continuidade, em grande medida em função da morte prematura de Tarallo.<sup>4</sup> Conquanto muitas análises gerativistas se apoiem na quantificação de dados extraídos de situações reais de interação verbal e algumas análises variacionistas busquem inspiração na teoria da gramática para definir suas variáveis explanatórias, a síntese dos dois modelos ainda é um dos grandes desafios que se colocam para a teoria linguística, e sua superação está longe de ser alcançada (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009).

<sup>4</sup> Sobre esse projeto, veja-se Kato (1999).

O grande obstáculo que se coloca para um projeto de síntese dos dois modelos reside na junção de uma teoria de regras categóricas pensadas dedutivamente com um método destinado exclusivamente a regras variáveis que resultem de sucessivas generalizações indutivas. Uma utilização coerente de um método quantitativo, em uma análise conduzida por uma teoria gerativa da gramática, passa pela consideração da variação linguística nessa teorização sobre a estrutura gramatical, ou por uma definição mais precisa dos limites da variação e da invariância nessa estrutura. Nesse sentido, consideramos que aqueles aspectos que Chomsky (2008[1996]) tem reconhecido como aparentes imperfeições da Faculdade da Linguagem seriam os grandes candidatos ao *locus* da variação linguística na estrutura da gramática. Estamos falando aqui de coisas como as regras de concordância nominal e verbal e a flexão de caso, ou seja, do que a teoria gerativa chama de *traços não interpretáveis na interface semântica*. E as coisas se conjugam de uma forma bastante aliciadora, quando se percebe que é exatamente sobre esses mecanismos gramaticais, como as regras de concordância, que costuma recair uma valoração social mais explícita nos processos de variação e mudança. Porém, apesar desses achados promissores, o equacionamento da contradição entre o funcionamento da língua e os processos de variação e mudança ainda está longe de ser alcançado.

### **O segundo impasse: uma apreensão globalizante da dimensão social da língua**

O problema da avaliação social da variação linguística é um dos *cinco problemas* que formam a clássica equação proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) para orientar a análise da mudança linguística.<sup>5</sup> Essa questão remete ao *segundo grande impasse teórico* com que a pesquisa sociolinguística tem se deparado ao longo do seu desenvolvimento, e diz respeito ao enquadramento do processo de mudança no contexto mais amplo das disposições sociais e ideológicas, ou seja, em sua dimensão sócio-histórica. A abordagem que faremos desse impasse parte da nossa percepção pessoal de que a lição de *Martha's Vineyard* se perdeu.

A análise laboviana da centralização dos ditongos na ilha de *Martha's Vineyard*, feita em 1963, assume um caráter arquetípico dentro do modelo da sociolinguística variacionista pela sua capacidade de apreender globalmente o processo de variação e mudança no plano social, particularmente em sua dimensão ideológica. Labov (2008 [1972]) consegue integrar o processo de variação e mudança no cerne do processo socioeconômico que estava alterando radicalmente o perfil daquela comunidade de fala. Naquele momento, estava tendo início a transformação de uma antiga vila de pescadores em um dos mais concorridos balneários da costa leste americana, e esse processo determina decisivamente os processos de variação e mudança em curso na comunidade.

Na análise de *Martha's Vineyard*, o mais importante não foi saber se os descendentes de portugueses centralizavam mais ou menos os ditongos do que os índio-descendentes, ou se os homens centralizavam mais do que as mulheres. O fenômeno linguístico variável foi equacionado por Labov, focalizando a forma como o processo social da ilha como um todo se refletia na atitude dos membros da comunidade em relação ao fenômeno linguístico

---

<sup>5</sup> O termo *problema* (ing. *problem*) deve ser interpretado aqui, mais apropriadamente, como *questão/pergunta*. Assim, os cinco problemas correspondem às cinco questões que uma teoria adequada da mudança deveria responder.



variável. Essa análise revelou que os habitantes da ilha que eram favoráveis à transição para o turismo abandonavam mais o velho hábito linguístico da centralização, enquanto os que se opunham à invasão dos veranistas conservavam mais a marca dialetal identitária da comunidade.

Porém, não é essa interpretação generalizante que ilumina o processo social como um todo que se vê na maioria das análises variacionistas desde então. Ao circunscrever a análise do encaixamento social dos processos de variação e mudança à descrição dos resultados quantitativos dos fatores sociais considerados isoladamente, o resultado é o estabelecimento de relações mecanicistas e a-históricas entre as variantes em foco e os fatores sociais. Disso emergem generalizações do tipo: *as mulheres são mais sensíveis às formas de prestígio que os homens, as mudanças são lideradas pela classe média baixa e pela classe trabalhadora alta*, ou, *na variação estável, as faixas etárias intermediárias usam mais a variante padrão*. E o valor heurístico de tais generalizações é bastante questionável. Tomemos como exemplo a seguinte síntese do papel da mulher nos processos de variação e mudança:

Em virtualmente todos os estudos sociolinguísticos que incluem grupos de homens e mulheres, há evidências para esta conclusão sobre seu comportamento linguístico: as mulheres usam menos variantes estigmatizadas e não-padrão do que os homens, no mesmo grupo social e nas mesmas circunstâncias.

Ao longo dos anos, essa conclusão tem-se apresentado de diferentes maneiras. Wolfram (1976, p. 76) diz que “as mulheres mostram uma sensibilidade para a avaliação social dos traços linguísticos maior do que a dos homens”. Labov (1972, p. 243) diz: “Na fala cuidada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens, e são mais sensíveis que estes ao padrão de prestígio”. Wolfram e Fasold (1974, p. 93) dizem: “As mulheres mostram mais consciência das formas de prestígio, tanto na fala concreta, quanto em suas atitudes perante a fala”. Romaine (1978, p. 156), explicando a preferência das mulheres por uma variante diferente da dos homens em seu estudo, conclui: “As mulheres [...] são mais claramente preocupadas com as pressões exercidas pelas normas locais e assumem seu papel dentro da [...] estrutura social. Alhures (1984, p. 113), ela sumariza os resultados sociolinguísticos assim: “de forma consistente, as mulheres produzem, mais frequentemente que os homens, formas que são mais próximas da norma de prestígio. E relata, mais ainda, evidências para a diferenciação genérica na escolha das variantes linguísticas na faixa dos seis anos de idade. Trudgill (1983, p. 161) diz que “as mulheres, em conformidade com as outras variáveis tais como idade, escolaridade e classe social, produzem, no geral, mais formas linguísticas que são mais próximas daquelas da língua padrão, ou têm mais prestígio, do que os homens”. Labov (1990, p. 205) assevera: “Na estratificação sociolinguística estável, os homens usam as formas não-padrão em uma frequência maior do que a das mulheres”. Cameron e Coates (1988, p. 13) dizem que “as mulheres se desviam menos das formas do padrão de prestígio do que os homens” e acrescenta que “nas sociedades urbanas modernas, isso é tipicamente verdadeiro para todas as classes sociais”. (CHAMBERS, 1995, p. 102-103)

A generalização aí alcançada é negada, por exemplo, pelos resultados das análises sociolinguísticas levadas a cabo na periferia das grandes cidades brasileiras (BORTONI-RICARDO, 2011[1985]; RODRIGUES, 1987) e nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (LUCCHESI, 2007). Nesse caso, são os homens que lideram a mudança em direção às formas de prestígio. Isso só pode ser compreendido à luz do cenário social mais amplo

do nivelamento linguístico em curso no Brasil a partir da influência dos grandes centros urbanos sobre todas as regiões do país. Nesse contexto, os processos de variação socialmente marcados (tais como os da concordância nominal e verbal) apontam para processos de mudança de “cima pra baixo” e de fora pra dentro dessas comunidades rurais e da periferia das grandes cidades brasileiras. Dessa forma, os homens, que, em média, estão melhor inseridos no mercado de trabalho e circulam mais para fora da comunidade, tendem a assimilar primeiro as formas do padrão urbano, abandonando mais rapidamente o uso das formas desviantes da linguagem rural e popular.

Esses achados empíricos relativos à realidade sociolinguística brasileira demonstram que o papel da *variável sexo* só pode ser compreendido à luz da compreensão do processo social como um todo em que se revelam as configurações específicas em cada caso, como o papel social atribuído aos gêneros, de modo que a mudança linguística, enquanto processo histórico, guarde sempre uma individualidade (LUCCHESI, 2004). E a compreensão de cada processo histórico particular em seu conjunto passa necessariamente pelo estabelecimento de uma relação dialética entre as partes e o todo, no sentido de que, se a compreensão do todo se baseia nos resultados quantitativos parciais, ela não é apenas a soma, ou seja, a justaposição desses resultados parciais. A interpretação qualitativa do conjunto do processo histórico global ilumina as suas partes, de modo que os resultados parciais são reinterpretados à luz dessa compreensão global. Porém, o objetivo da maioria das análises do encaixamento social da mudança ainda se circunscreve a uma descrição desarticulada das variáveis sociais clássicas (*sexo, idade e classe social/escolaridade*), em que os resultados dessas variáveis são apresentados isoladamente. Dessa forma, temos a impressão de que o objetivo da análise sociolinguística é, lamentavelmente, fornecer a comprovação empírica para o óbvio, em afirmações do tipo: *as pessoas com mais escolaridade usam mais as variantes padrão do que as pessoas sem escolaridade*.

Portanto, o segundo impasse com que se depara a investigação sociolinguística deriva do caráter que suas análises sobre o encaixamento da variação e da mudança linguística na matriz mais ampla do contexto sócio-histórico tem assumido, no qual a explicação do condicionamento social dos processos de variação e mudança assenta na relação mecanicista entre as variantes linguísticas e os fatores sociais, considerados de maneira a-histórica. Acreditamos que esse tipo de interpretação pode, e deve ser questionado à luz da interpretação mais ampla do processo sócio-histórico como um todo. Tal é o caso do clássico diagnóstico da variação estável a partir da distribuição geracional das variantes linguísticas.

Uma distribuição geracional curvilínea em que a faixa etária intermediária apresenta os maiores índices de uso da variante padrão é a base para diagnosticar um processo de variação observado sincronicamente como um processo de *variação estável*, e não como um processo de *mudança em progresso*, dentro dos pressupostos estabelecidos na abordagem em *tempo aparente* (LABOV, 2008 [1972], 1981; LUCCHESI, 2001). Esse diagnóstico baseia-se na seguinte interpretação: o indivíduo, ao entrar no mercado de trabalho, sofre pressões sociais, o que o leva a alterar o seu comportamento linguístico em direção às variantes de maior prestígio social. Com a aposentadoria, essas pressões sociais cessam, e o indivíduo relaxa o monitoramento sobre seu comportamento linguístico, fazendo com que ele se aproxime do nível de uso das variantes linguísticas que tinha na juventude, antes de fazer o movimento em direção ao mercado de trabalho. Isso explicaria por que

jovens e idosos apresentariam índices mais baixos de uso das variantes de prestígio do que os falantes de meia idade. Como esse padrão tende a se repetir pelas gerações seguintes, estaria configurada uma situação de *variação estável*.<sup>6</sup>

Essa interpretação pode ser questionada à luz do contexto sócio-histórico em que foram realizadas as investigações clássicas da Sociolinguística, das quais emergiu tal pressuposto. Esses estudos foram empreendidos nos EUA e em países da Europa ocidental, entre os finais da década de 1960 e o início da década de 1980. O contexto sócio-histórico pode ser caracterizado, brevemente, em termos dos avanços sociais conquistados pelo movimento operário nas primeiras décadas do século XX e da política do *Estado do Bem Estar Social* (ing. *Welfare State*), que predominou na Europa ocidental depois da Segunda Grande Guerra. As melhorias nas condições de vida (dentre as quais, o acesso à educação formal) trazidas com esse processo histórico não afetaram da mesma maneira as gerações focalizadas nas referidas análises sociolinguísticas. A geração mais velha (com indivíduos que teriam nascido no início do século) teria desfrutado menos esses benefícios sociais do que as gerações mais novas. Esse fator sócio-histórico poderia explicar a frequência menor de uso da variante padrão entre os idosos, em vez da alegada tendência ao relaxamento linguístico na aposentadoria. Com efeito, os idosos não exibem um padrão consistente de relaxamento em outros aspectos do comportamento, tais como: a vestimenta, formas de cumprimento etc. Por que exibiriam, então, um padrão regular de relaxamento linguístico? Se a interpretação sócio-histórica aqui proposta estiver correta, seria de esperar que análises realizadas depois, focalizando diferentes gerações, em que todas se tivessem criado no universo cultural das sociedades de alto nível social dos EUA e da Europa ocidental do pós-guerra, o padrão geracional seria diferente, mesmo que o diagnóstico fosse o de *variação estável*.<sup>7</sup> Portanto, a análise a-histórica dos fatores sociais pode levar a graves equívocos de interpretação.

O enfrentamento desse impasse teórico passa necessariamente pela superação da análise mecanicista do condicionamento social da variação e da mudança linguística em função de uma análise mais globalizante que integre o contexto sócio-histórico como um todo na análise do processo linguístico na matriz mais ampla dos fatores sociais, o que poderia determinar uma ruptura epistemológica, não se podendo mais falar em termos de uma *Sociolinguística* (presa à sua ortodoxia), mas em uma *Linguística Sócio-Histórica*.<sup>8</sup> Nessa nova perspectiva, as diferenças nos padrões coletivos de comportamento linguístico devem ser interpretadas à luz da compreensão de processos sociais mais amplos tais como a construção da hegemonia ideológica, as relações de classe, as representações de gênero, a

6 Já uma situação em que uma variante linguística exibe um padrão consistente de queda ou elevação de uso, na medida em que se passa das gerações mais velhas para as mais novas, seria o ponto de partida para o diagnóstico de *mudança em progresso*.

7 O diagnóstico nos termos da dicotomia *variação estável* e *mudança em progresso* não pode ser visto, como acontece na Sociolinguística ortodoxa, como um fim em si mesmo, no âmbito de uma *Linguística Sócio-Histórica*, da qual falaremos a seguir. Deve ser visto apenas um instrumento para se chegar a uma interpretação com maior valor heurístico.

8 Suzanne Romaine (1982) é pioneira no emprego do termo (*Socio-Historical Linguistics*), mas em um sentido diferente do que se emprega aqui, o do estudo da história de períodos passados da língua que busca integrar o contexto social. Nesse sentido, é também corrente a expressão *Sociolinguística Histórica* (e.g., JAHR, 1998), ou, ainda, a denominação *História Social da Língua* (cf. LEITH, 1983; BURKE; PORTER, 1997[1987]; BURKE, 2010[2004]). A grande diferença entre essas abordagens e a que se propõe aqui é que estas aplicam a perspectiva sociolinguística ao estudo do passado histórico da língua, enquanto a nossa consiste na análise sociolinguística do presente numa perspectiva histórica mais ampla.



inserção social dos grupos étnicos etc, estabelecendo uma interface entre a Linguística e demais ciências sociais, particularmente a Historiografia. Labov (2008[1972], p. 306-307) parece vislumbrar essa possibilidade na seguinte passagem:

Portanto, há áreas de consenso em torno dos efeitos de certas mudanças sociais violentas sobre a língua. Ninguém negaria a importância de conquistas, invasões e imigração em massa, com a conseqüente extinção, superposição ou fusão de línguas inteiras. [...]. Seria interessante acrescentar, se pudéssemos, as condições para cada um desses resultados, mas o problema parece ser histórico e político, apropriado para o foco mais amplo de uma “sociolinguística” interdisciplinar.<sup>9</sup>

A adoção de uma perspectiva sócio-histórica mais ampla se coloca, portanto, como a mais adequada para capturar as particularidades e as especificidades da atualização da língua em seu devir histórico, descartando generalizações sobre efeitos gerais de fatores sociais sobre a mudança linguística, de questionável valor heurístico. Assim, a tendência da classe média baixa e da classe trabalhadora alta para liderarem os processos de mudança em direção às formas de prestígio, proposta por Labov (1982; 1994, p. 67-71) como uma característica geral da mudança linguística, seria melhor interpretada como própria a um contexto sócio-histórico específico. E mais uma vez a consideração do contexto sócio-econômico das sociedades industrializadas da Europa ocidental e da América do Norte, em que essas análises se realizaram, possibilita uma compreensão mais precisa de tal cenário sociolinguístico. O notável movimento da classe trabalhadora alta e da classe média baixa em direção às formas linguísticas de maior prestígio social deve ser visto como um reflexo do processo de inclusão social e de melhoria nas condições de vida desses segmentos, em decorrência das políticas da social-democracia, dominantes a partir do pós-guerra até o início da década de 1980. Inspirados nas idéias do economista John Keynes, esses programas de governo se basearam em um protagonismo do estado, regulando as relações econômicas e promovendo a distribuição de renda, através de programas sociais de educação, saúde, habitação e previdência.

Porém, exatamente na época em que Labov fazia sua generalização, estava se iniciando uma reversão nessa tendência, com a ascensão ao poder dos conservadores Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Thatcher, na Inglaterra. Adeptos do neo-liberalismo econômico, defendido pelo economista Milton Friedman e outros, esses governos quebraram a espinha dos movimentos sindicais nos dois países, para implantar uma política de desmanche do estado do bem-estar social, através da desativação ou esvaziamento dos programas sociais e do corte de impostos. E mesmo com a redução dos salários, também imposta à classe trabalhadora, muitos capitais industriais migraram para os países periféricos, onde a mão-de-obra era ainda mais barata. O resultado foi uma mudança no caráter da produção industrial dos países centrais – menos maciça e mais especializada no desen-

---

9 O uso do termo *sociolinguística* entre aspas nessa passagem pode expressar a sua inadequação, em face do emprego mais corrente para designar a versão mais ortodoxa e restritiva do modelo; razão pela qual propusemos aqui a designação *linguística sócio-histórica*. Por outro lado, argumentamos que uma abordagem sócio-histórica mais ampla não se justifica apenas em situações extremas, ela pode ser produtiva também na análise do processo de constituição histórica da língua como um todo nas sociedades de classe, mesmo nas situações de aparente estabilidade. De qualquer forma, a história sociolinguística do Brasil, na qual milhões de indígenas e africanos foram obrigados a adotar a língua portuguesa, o que levou ao desaparecimento de centenas de línguas, constitui certamente um processo que coloca claramente a necessidade de expandir os modelos que tradicionalmente são usados para explicar a mudança linguística e a história da língua.

volvimento de novas tecnologias –, aumentando os níveis do desemprego; ao passo que a economia passava a ser cada vez mais dominada pela especulação financeira, em torno de ativos imateriais, do que resultaram as crises que se têm sucedido no sistema capitalista desde meados da década de 1990.

É bem plausível que todo esse processo iniciado na década de 1980 esteja gestando um cenário sociolinguístico distinto daquele sistematizado por Labov, em relação ao comportamento linguístico das classes sociais. Mas, para apreender esse novo cenário, não basta a constituição de novas amostras de fala, é preciso se livrar também de axiomas derivados de generalizações apressadas. Entendemos que a generalização proposta por Labov de que a mudança linguística é liderada pelos segmentos sociais intermediários está longe de ser uma característica geral da mudança linguística, e nem sequer pode ser tomada como um padrão constante nas sociedades industrializadas. O caráter histórico da mudança social da língua desautoriza qualquer generalização decorrente de tais abordagens mecanicistas. Uma *abordagem sócio-histórica da mudança linguística* alcança seu valor explicativo, na medida em que consegue articular um conjunto cada vez maior de variáveis em uma interpretação globalizante, que reconhece a especificidade de cada processo histórico particular, em função da combinação dos valores específicos que cada variável assume no sistema complexo das relações sócio-econômicas e político-ideológicas em que a mudança linguística se desenvolve em cada caso histórico.

Portanto, o segundo impasse com que se tem deparado o programa de pesquisa em seu desenvolvimento diz respeito a sua incapacidade de alcançar uma apreensão globalizante do processo social da mudança linguística, o fato empírico que está no cerne da dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico. Porém, em uma perspectiva mais ampla, no plano do desenvolvimento teórico da Ciência da Linguagem, o grande desafio que se coloca na atualidade é de superar a persistente contradição entre as abordagens de concordância uma das duas grandes dimensões do fenômeno linguístico.

## Conclusão

A pergunta mais essencial que o saber formal pode formular sobre o fenômeno linguístico é: *como as línguas funcionam?* Pergunta que se traduz contemporaneamente na questão: *qual a forma do sistema mental que nos permite transformar os nossos pensamentos em frases de uma língua natural?*

O universo da observação empírica de tal investigação pode ser constituído por um único falante, pois o fenômeno da linguagem se realiza plenamente na mente de um único indivíduo. Ou, numa perspectiva ainda mais ambiciosa, pode ser ainda mais restrito, sendo constituído apenas por uma quantidade representativa de textos escritos em uma língua, da qual o linguista não tem qualquer outra informação, nem mesmo que povo a falou e quando – como postulou Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Nessa abordagem, a análise é *atemporal* (e não *sincrônica*, como se tem afirmado), pois a *faculdade da linguagem*, presente atualmente na mente de todos os seres humanos ao nascer, faz parte do patrimônio genético da espécie, há cerca de 150 mil anos, quando surgiram os primeiros *homo sapiens*, capacitando-os a alcançar formas superiores de organização social, o que levou à supremacia dessa espécie sobre as demais espécies de homínídeos, com a consequente extinção destas.

Porém, esse ambicioso programa de pesquisa que visa a descrever o mecanismo mental que nos torna *falantes* (isto é, *humanos*), esbarra em um quiçá intransponível obstáculo empírico. A faculdade da linguagem não é diretamente observável, pois ela só se manifesta objetivamente na forma de uma das milhares de línguas humanas naturais. Ocorre que o ser humano sozinho não cria uma língua natural, ela é sempre produto da criação coletiva espontânea, não sistemática, dialeticamente produto e elemento constituinte das relações sociais. Nessa condição, a língua, conquanto os seus falantes não percebam isso, está mudando contínua e permanentemente, e esse processo ininterrupto de mudança “corrompe” de tal maneira o seu funcionamento que não é possível compreender como uma língua funciona, sem compreender como ela muda. Portanto, se o fenômeno psíquico-biológico da linguagem humana é a-histórico se encerra no indivíduo, sua manifestação objetiva é inextricavelmente coletiva e *a fortiori* sócio-histórica.

Só que, ao tentar capturar o processo social da mudança linguística, o olhar do linguista (agora convertido em sociolinguista), desvia-se, não apenas do indivíduo para a coletividade, mas da *língua em si* para a forma como as pessoas falam a língua (o *comportamento linguístico*), mais precisamente para as diversas formas que a língua assume no meio social, pois essas diferenças observáveis constituem as manifestações aparentes dos processos subjacentes de mudança em curso na estrutura da língua. Mas, para fazer a leitura dessas manifestações aparentes da *variação linguística*, construindo representações dos processos subjacentes de *mudança*, é preciso dominar uma teoria da estrutura do funcionamento da língua (isto é, a *gramática*, no sentido chomskiano do termo), a grande lacuna que apresentam as análises sociolinguísticas que se dedicam tão somente a descrever as diferenças linguísticas e suas determinações sociais mais imediatas. Acreditamos que é nesse paradoxo que se enreda atualmente o desenvolvimento da ciência da linguagem.

## REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011. [1985].

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. [2004].

BURKE, Peter; PORTER, Roy. *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. [1987].

CHAMBERS, Jack. *Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

CHOMSKY, Noam. *Arquitetura da Linguagem*. Tradução de Alexandre Morales e Rafael Ferreira Coelho. Bauru: EDUSC, 2008. [1996].

JAHN, Ernest H. *Language change: advances in historical sociolinguistics*. Berlim / Nova York: Mouton de Gruyter, 1998.

LEITH, Dick. *A social history of English*. Nova York: Routledge, 1983.

KATO, Mary. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-linguística. In: DA HORA, D.; CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 95-106.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Eds.). *Variation Omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 177-199.

\_\_\_\_\_. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

\_\_\_\_\_. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].

LUCCHESI, Dante. O tempo aparente e as variáveis sociais. *Boletim da ABRALIN*, v. 26, p. 135-137, 2001. Número especial.

\_\_\_\_\_. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolinguística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas. *Linguística (ALFAL)*, Santiago, v. 19, p. 52-87, 2007.

LUCCHESI; Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 125-153.

NARO, Anthony. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 43-50.

RODRIGUES, Ângela. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006. [1968].